

# SEGES

## SEMINÁRIO DE GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Soluções técnicas e financeiras  
para a universalização

Eng<sup>a</sup>. Sanit. Amb. e Seg. Trab. Fernanda Maria Felix Vanhoni

REALIZAÇÃO:  
 TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

 Instituto  
Rui Barbosa  
Associação de Contadores e Intelectuais de Santa Catarina

APOIO:

 **FECAM**  
Federação de Consórcios, Associações e  
Municípios de Santa Catarina

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **MPSC**  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
Santa Catarina

 PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

 **GOVSC**

 **ATRICON**



# Soluções Individuais

Uma opção legal viabilizar soluções  
com equilíbrio financeiro





## › Esgotamento sanitário é um dos desafios para o estado de Santa Catarina

*Segundo estudo lançado pelo ITB em 2021, o estado catarinense poderia ter ganhos de R\$ 23,8 bilhões com avanço do saneamento até 2055*

Com mais de 7 milhões de habitantes, o estado de Santa Catarina terá alguns desafios para atingir as metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento. No estado, a população com acesso à água corresponde a 90,4%, enquanto somente 26,1% dos habitantes têm acesso à coleta de esgoto – ademais, o estado trata apenas 31,3% do volume de esgoto gerado.

Analisando o indicador de perdas de água nos sistemas de distribuição, em Santa Catarina 34% da água produzida não chegam de forma oficial para os moradores – a média nacional neste indicador é de 40,1%.

O esgotamento sanitário é uma das maiores dificuldades do estado. Sendo assim, para alcançar a meta de 90% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto até 2033 é fundamental que Santa Catarina trabalhe buscando avançar nesses indicadores.

**Gráfico 1 – Evolução do Atendimento de esgoto entre 2010 e 2020**





Home > DC > Cotidiano

## Metade das cidades de SC não têm serviço de esgoto nem ações para universalização

Levantamento do TCE-SC faz retrato do saneamento básico no estado

23/08/2023 - 18:12



Paulo Batistella  
paulo.batistella@nsc.com.br

ESPECIAL PUBLICITÁRIO

## Saneamento básico: mais de 70% dos catarinenses não têm acesso à coleta de esgoto

Em compromisso com a universalização, maiores cidades do estado estão adaptando a infraestrutura sanitária



Por Krona  
16/07/2021 15h34 · Atualizado há 2 anos

## Em SC, 52% dos municípios não têm sistema público de esgotamento sanitário, aponta TCE

Estudo trata sobre sistemas que levam o esgoto das casas para tratamento adequado.

Por Joana Caldas, Eveline Poncio, g1 SC e NSC  
25/01/2024 04h00 · Atualizado há um mês



NOTÍCIAS ▾ ACERVO TÉCNICO ▾ GUIA DE COMPRAS LICITAÇÕES VAGAS EVENTOS E CURSOS



## Sem dinheiro, estrutura ou conhecimento, municípios de SC 'esquecem' do saneamento básico

Esgoto Fevereiro 8, 2023

São 212 municípios (71,8%) com índice zero para rede de esgoto no Estado; gestores precisam superar desafios para atender a meta da universalização dos sistemas até 2033

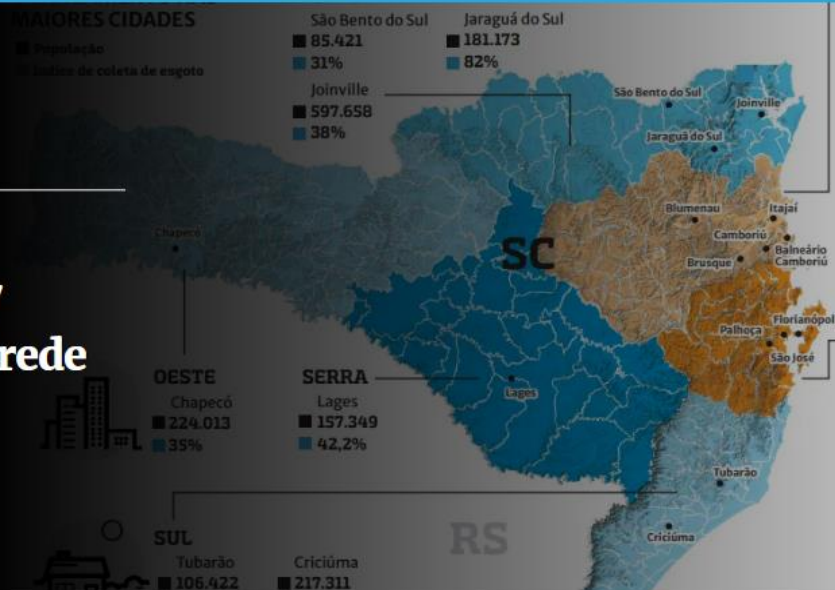













Por LORENZO DORNELLES Edição NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

15/12/2022 às 08h05

## Entenda por que Santa Catarina tem 207 municípios sem nenhuma cobertura de rede de esgoto

 A- A+

**2**42 das 295 cidades catarinenses possuem menos de 25 mil habitantes, onde a renda não compensa os custos de implantação de rede de esgoto. Já nas grandes, o desafio é tirar as obras do papel

Lei da oferta e procura: quando há aumento da demanda, o preço final tende a aumentar. O conceito, resumido, que dita o funcionamento do mercado também pode ser aplicado ao saneamento básico (também um negócio).

Não importa se a gestão for pública, privada, municipal ou estadual, o retorno

82% dos municípios catarinenses possuem menos de 25 mil habitantes

# Investimentos em Municípios Catarinenses


**Com investimento de R\$ 23,4 milhões, o Sistema de Esgotamento Sanitário de Maфра vai atender em sua primeira etapa 1.500 ligações – aproximadamente 8 mil moradores.**

<https://www.casan.com.br/noticia/index/url/casan-preve-entrega-do-sistema-de-esgoto-de-maфра-para-abril#0>

**Implantação do SES - O investimento total da CASAN no esgotamento sanitário de São Lourenço do Oeste será de R\$38 milhões.**

<https://www.casan.com.br/noticia/index/url/casan-informa-interdicao-de-ruas-em-sao-lourenco-do-oeste-devido-as-obras-do-sistema-de-esgotamento-sanitario#0>



A black and white photograph showing a hand holding a coin in the upper left corner, positioned as if about to drop it. Below, several stacks of coins are visible on a surface. The background is dark and out of focus.

Como viabilizar economicamente o esgotamento para municípios com baixa população?



# Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. [\(Redação pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

## CAPÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: [\(Redação pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

(...)

XVII - **sistema individual alternativo de saneamento**: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública; [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)



# Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Art. 3º-B. Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades: [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

I - coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários; [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

II - transporte dos esgotos sanitários; [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

III - tratamento dos esgotos sanitários; e [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas **ou individuais de forma ambientalmente adequada, incluídas fossas sépticas.** [\(Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)



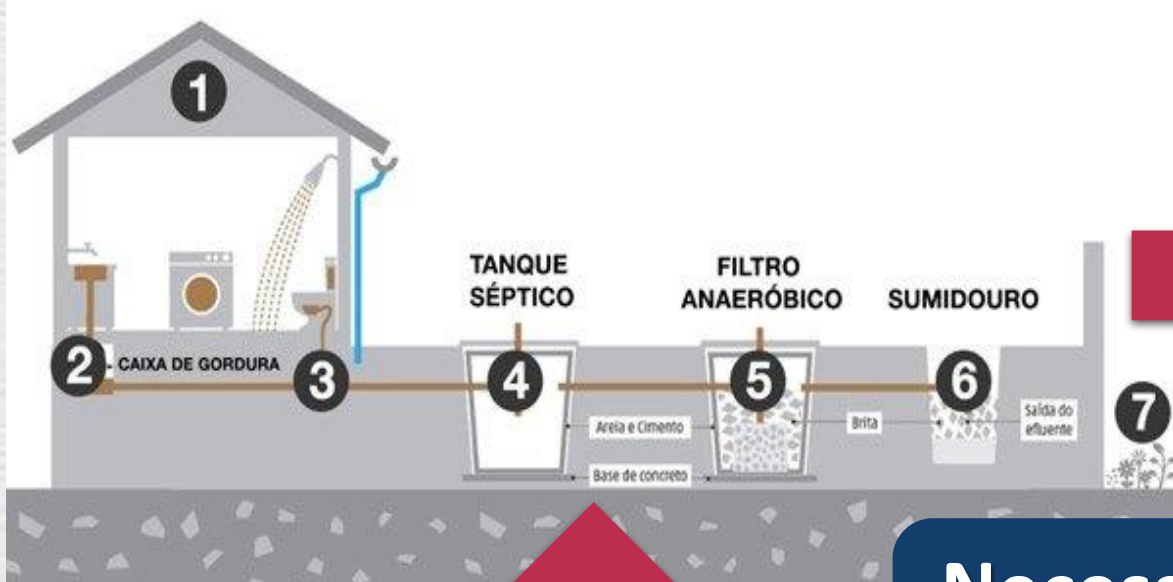
# Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Art. 45. As edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços. [\(Redação pela Lei nº 14.026, de 2020\)](#)

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, **serão admitidas** soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, **observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.**



## Instalações individuais



## Coleta periódica do lodo residencial



**Necessidade de regulamentação**



**Lançamento de efluente tratado**



**Destino a uma ETE para tratamento do lodo**

**Responsabilidade Técnica Profissional**



# Regulamentações Existentes



## **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 015/2024**

Disciplina o serviço de gestão dos sistemas individuais de esgotamento sanitário prestado no âmbito dos municípios regulados pela AGIR.

## **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 31 DE MAIO DE 2023**



Disciplina o serviço de limpeza programada de sistemas individuais alternativos de tratamento de esgotamento sanitário prestado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) no âmbito dos municípios regulados pela ARIS.



## Santa Catarina tem 72,48% de cobertura no abastecimento de água e 45,54% no atendimento de esgoto

seg, 03/07/2023 - 13:19



O Tribunal de Contas de Santa Catarina disponibiliza indicadores sobre saneamento básico nos municípios catarinenses. As informações integram a base de dados do Farol TCE/SC, ferramenta disponível no site da instituição. O módulo "Meio Ambiente" traz estatísticas, por exemplo, da população atendida pelo serviço de fornecimento de água.

Santa Catarina tem 72,48% de cobertura no abastecimento de água, considerando a população urbana e rural. Além disso, 45,54% da população é atendida por rede de esgoto e 63,8% dos prestadores de serviços de saneamento básico no estado são

empresas de sociedade de economia mista com administração pública.

Os dados do painel "Saneamento Básico", dentro do módulo Meio Ambiente, são do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e são referentes ao período de 2014 a 2021.

Na aba "Água", constam informações sobre o atendimento total e o índice de perda de acesso a índices relativos à coleta e a tratamento. As pesquisas podem ser feitas por município e tipo de prestador.

Dados de algumas cidades podem não aparecer no painel, caso as informações não sejam fornecidas pelos prestadores de serviços.

O Farol TCE/SC, disponibilizado em 12 de junho, oferece, além de informações sobre o desempenho da administração pública referentes a despesas, receitas, educação, licitações, pessoal, gestão e saúde, também informações sobre o Governo do Estado.

O projeto Farol TCE/SC integra o Plano de Ação do TCE/SC 2021/2022, instituído pela Diretoria de Informações Estratégicas (DIE), pela Diretoria de Tecnologia da Informação e pelo Núcleo de Apoio à Gestão (NAG).

[Home](#) > [DC](#) > [Cotidiano](#)

# SC ultrapassa média nacional e se torna o quarto estado com maior coleta adequada de esgoto

SC é o único estado em que mais da metade dos moradores têm Fossa séptica como forma principal de coleta de esgoto, diz o Censo 2022

03/03/2024 - 21:30 - Atualizada em: 03/03/2024 - 23:37



**Júlia Venâncio**  
julia.venancio@nsc.com.br

Compartilhe: [f](#) [X](#) [w](#)



“

**A estratégia é trabalhar em parceria com prefeituras e empresas de caminhão limpa-fossa para coleta do lodo e limpeza periódica das fossas. “É um projeto que tem potencial para ser adaptado à realidade de diversos outros municípios, atendendo a exigência da nova lei de saneamento para elevar a população beneficiada com esgotamento sanitário até 2033”, explica o engenheiro, Alexandre Trevisan, que integra as equipes envolvidas na implantação do Esgoto Sobre Rodas.**

”

# SEGES

## SEMINÁRIO DE GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Obrigada(o)

Fernanda Maria Felix Vanhoni

+55 48 3331-2000

presidencia@crea-sc.org.br

www.crea-sc.org.br



REALIZAÇÃO:



APOIO:

